



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Senado Federal
Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas
Recebido em 14/11/2008 às 13:45
FLAVIO ARNS 37749

MPV - 446

00008

data 13/11/2008	proposição Medida Provisória nº 446 de 2008
--------------------	--

autor Senador Flávio Arns / PT - PR	nº do prontuário
--	------------------

1 Supressiva	2 Substitutiva	3 <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa	4 Aditiva	5 Substitutivo global
--------------	----------------	--	-----------	-----------------------

Página	Artigo 2º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 2º da Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008, a seguinte redação:

"Art. 2º. É vedado às entidades de que trata o artigo 1º dirigir suas atividades exclusivamente a seus associados ou categoria profissional."

JUSTIFICAÇÃO:

A condição do princípio da universalidade no atendimento deve ser retirada do texto sob análise.

O conceito de assistência social é muito claro na Constituição Federal, que, por meio do artigo 203, *caput*, firma que "a assistência social será prestada a quem dela necessitar", ou seja, a assistência social não é direcionada a todos indistintamente, sendo esta uma característica própria da assistência social.

A seletividade, conforme previsto no inciso III do artigo 194 da Constituição Federal, também é objetivo da seguridade social. Entretanto, a ênfase na universalidade sem a seletividade irá gerar interpretações equivocadas sobre o tema, como a impossibilidade de se estabelecer público alvo específico (pessoas com deficiência, usuários de drogas, entre outros) como finalidade da entidade.

Sendo assim, trata-se de uma alteração necessária que garante a manutenção das atividades da entidade dentro das finalidades para a qual foi constituída.

Os objetivos da seguridade social, que abrange a assistência social, saúde e previdência social já estão amplamente definidos na Constituição Federal em vigor por meio do artigo 194, os quais não se esgotam na universalidade, sendo, portanto, necessária a supressão da expressão sob análise.

PARLAMENTAR

--

CONFERE COMO ORIGINAL

Claudia Lyne Nascimento
Secretária Geral da Mesa

